



Principais alterações na Norma de Frutas e Legumes do Comércio Justo

Norma Fairtrade para Frutas e Legumes destinada a Organizações de Pequenos Produtores (SPO) e Comerciantes

A Norma Fairtrade para Frutas e Legumes revisada para Organizações de Pequenos Produtores (SPO) e Comerciantes é o resultado de uma revisão completa realizada em 2024. A Norma Fairtrade para Frutas e Legumes revisada foi aprovada em duas reuniões pelo Comitê de Normas em dezembro de 2024 e julho de 2025.

Este documento identifica as principais alterações feitas à Norma e inclui uma tabela que descreve com mais detalhes a extensão das alterações, seguindo a estrutura da Norma revisada.

Este documento não descreve o conteúdo das alterações em detalhes. Ele não substitui um estudo detalhado da Norma revisada e não faz parte da Norma.

Principais alterações:

- Revisão completa das normas para Frutas Frescas, Vegetais Frescos e Frutas e Vegetais Preparados e Conservados.
- Fusão das normas para Frutas Frescas, Vegetais Frescos e Frutas e Vegetais Preparados e Conservados
- Alinhamento com as alterações na Norma para Comerciantes Fairtrade.

Visão geral da nova Norma Fairtrade para Frutas e Vegetais:

Esta tabela mostra as principais alterações. Novos requisitos ou seções estão marcados como “Novo”.

A Norma de Frutas e Vegetais substituirá as normas unificadas a partir de 1º de janeiro de 2027, passando a ser aplicável a todas as organizações a partir dessa data.

Visão geral da nova Norma de Frutas e Vegetais:

Esta tabela mostra as mudanças mais importantes, especificando se são modificações ou novas adições.

Seção da Norma	Tipo de alteração	Nova Norma 2026	Comentários
1. Requisitos gerais			
1.1 Certificação	Nova	- 1.1.1 Organização de Produtores	Para gerenciar a oferta de bananas Fairtrade no mercado, incentiva-se que as organizações comprometidas com a missão e os princípios do Fairtrade obtenham a certificação Fairtrade
2. Comércio			
2.1 Rastreabilidade	Alterado	- 2.1.1 Sistema de rastreabilidade	O requisito agora inclui um nível mais elevado de rastreabilidade nas cadeias de abastecimento do Comércio Justo.
2.2 Comércio com Integridade	Novo	- 2.2.1 Condições dos Contratos Fairtrade	A inclusão deste requisito visa reduzir as práticas desleais que ocorrem quando alguns comerciantes se oferecem para comprar sob os termos do Comércio Justo, caso o produtor também lhes venda em termos convencionais com desconto para compensar o preço pago na transação do Comércio Justo.
	Novo	- 2.2.2 Preço Mínimo do Comércio Justo ao longo da cadeia de abastecimento	Esta alteração oferece garantias aos produtores e comerciantes ao longo da cadeia de abastecimento, de modo que o preço que recebem seja, no mínimo, o preço mínimo, e não sejam permitidos descontos no preço.
	Novo	- 2.2.3 Condições de pagamento justas	Isso oferece garantias aos produtores para reduzir as condições de pagamento exigidas pelos comerciantes ao longo da cadeia de abastecimento.

Seção da Norma	Tipo de alteração	Nova Norma 2026	Comentários
3. Produção			
3.1 Proteção ambiental	Alterado	- 3.1.1 Manejo integrado de pragas	Para melhorar as disposições ambientais da norma relativa às frutas e hortaliças, propõe-se alargar o âmbito de aplicação do requisito a todas as organizações de produtores de frutas e hortaliças.
	Novo	- 3.1.2 Avaliação de risco ambiental	As normas para frutas e hortaliças baseiam-se principalmente nos requisitos das normas genéricas para abordar os temas ambientais e de mudanças climáticas. Durante a fase de pesquisa, as partes interessadas levantaram a preocupação de que isso deveria ser tratado ativamente nesta norma.
	Novo	- 3.1.3 Elaboração do plano de ação ambiental	Uma vez que a organização tenha realizado a avaliação de riscos, é importante utilizar os dados coletados para criar planos que forneçam medidas viáveis para gerenciar os riscos identificados.
	Novo	- 3.1.4 Implementação do plano de ação ambiental	Como etapa lógica final em resposta ao risco ambiental, a etapa de implementação é uma das mais importantes, pois fornece as ações necessárias para responder ao risco identificado.
4. Negócios e Desenvolvimento			
4.1 Contratos	Alterado	- 4.1.1 Contratos de Comércio Justo para compradores	Padronizar os contratos para frutas e hortaliças frescas e complementar os requisitos conforme necessário.
	Alterado	- 4.1.2 Contratos para laranjas para suco	Aumentar a transparência entre os três primeiros atores da cadeia de abastecimento.
4.2 Preço e Prêmio Fairtrade	Alterado	- 4.2.5 Pagamento a membros individuais	Para alargar a aplicabilidade do requisito já existente para frutas frescas ao mercado de hortaliças frescas.

Seção da Norma	Tipo de alteração	Nova Norma 2026	Comentários
	Alterado	- 4.2.6 Relatórios sobre o Prêmio	Alargar a aplicabilidade do requisito já existente para a fruta fresca ao mercado dos legumes frescos.
4.3 Pagamento atempado	Alterado	- 4.3.1 Condições de pagamento no nível EXW	Alargar a aplicabilidade do requisito já existente para a fruta fresca ao mercado dos legumes frescos.
	Alterado	- 4.3.2 Condições de pagamento no nível FOB	Alargar a aplicabilidade do requisito já existente para frutas frescas ao mercado de hortaliças frescas.
	Alterado	- 4.3.6 Pagamento pontual do FMP para laranjas para suco	Requisitos existentes incorporados (FF HLO 5.4.13 e FF SPO 4.3.6, e no P&P HLO 5.5.4 e no P&P SPO 4.3.6) da Norma para Frutas Frescas e da Norma para Frutas Preparadas e Conservadas.
4.5 Partilha de risco	Alterado	- 4.5.1 Informações a serem incluídas em uma declaração de qualidade	Alargar a aplicabilidade do requisito já existente para frutas frescas ao mercado de hortaliças frescas. São introduzidas informações adicionais a serem fornecidas aquando da emissão de uma declaração de qualidade.
	Alterado	- 4.5.6 Cobrança dos custos das declarações de qualidade	Agora inclui os custos de classificação e destruição
	Novo	- 4.5.16 Condições de pagamento em caso de retrocertificação	Agora estipula um prazo de pagamento nos casos em que o comprador solicita a retrocertificação.
	Alterado	- 4.5.17 Informação aos produtores sobre a retrocertificação	A exigência agora inclui um prazo para informar aos produtores que os compradores solicitaram a retrocertificação
	Alterado	- 4.5.18 Informação ao organismo de certificação sobre a retrocertificação	O requisito agora inclui um prazo para informar o organismo de certificação de que o comprador solicitou a retrocertificação.